

# AMÉRICA LATINA E INICIATIVA DO CINTURÃO E ROTA DA CHINA: DESAFIOS E PROPOSTAS DESDE UMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA

Victor Ramiro Fernandez<sup>1</sup>  
Juliana Gonzalez Jauregui<sup>2</sup>  
Gabriel Esteban Merino<sup>3</sup>

## Introdução

O novo século turbulento trouxe um processo recorrente e único de crise hegemônica, transformações sistêmicas na estrutura econômica mundial e uma reconfiguração da ordem multipolar caracterizada pelo caos sistêmico (Arrighi; Silver 1999). Por um lado, esse processo recorrente se distingue pela superacumulação financeira que penetra com a lógica financeirizada na dinâmica da produção e se expande tanto para o Norte Global (EUA e UE) quanto para o Sul Global. Por outro lado, está ocorrendo um deslocamento e uma substituição progressiva das bases da acumulação material, posicionando a Ásia no centro, especialmente a China, mas sem se basear na lógica da financeirização (Merino 2021).

Nesse contexto, a transformação mais notável foi a ascensão da China, baseada em um processo nacional rápido e único de desenvolvimento industrial e tecnológico associado a uma capacidade financeira autônoma, mas também a uma crescente liderança regional e a uma projeção geoeconômica e geopolítica de alcance global (Beeson 2018). Esse modelo de desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidad Nacional del Litoral. Santa Fe, Argentina. E-mail: rfernand@fcjs.unl.edu.ar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8650-8934>

<sup>2</sup> Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Tucumán, Argentina. E-mail: jgonzalezj@flacso.org.ar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5903-6863>

<sup>3</sup> Centro de Pesquisa Geográfica, Universidad Nacional de La Plata. La Plata, Argentina. E-mail: gmerino@fahce.unlp.edu.ar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7802-4307>

sem precedentes combina diferentes modalidades produtivas sob a direção de um núcleo de 95 conglomerados estatais (Gabriele; Jabbour 2020), liderados pelo chamado “socialismo de mercado” e/ou “socialismo com características chinesas”.

O imperativo chinês de modernização por meio da globalização tornou-se fundamental na implementação da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI). Lançada em 2013, a BRI representa não apenas a reconstrução de redes de transporte e o desenvolvimento de infraestrutura na Eurásia, mas também uma “rota articulada” para o Sul Global, para alcançar a África e à América Latina. Com o objetivo de adquirir influência na região, os países latino-americanos foram formalmente convidados a integrar a BRI durante o Fórum China-Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Fórum China-CELAC) em janeiro de 2018, depois que o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, anunciou que a região era uma “extensão natural” da Rota da Seda Marítima do Século XXI (Ministério das Relações Exteriores da RPC 2017).

Até abril de 2023, 22 países latino-americanos assinaram o memorando de entendimento para integrar a BRI. No entanto, ainda não há um consenso regional que estabeleça as condições para garantir uma cooperação mutuamente benéfica com a China no âmbito da BRI, em que prevaleça a promoção do desenvolvimento econômico (Gonzalez Jauregui 2020).

A questão que surge é quais são as implicações para a América Latina ao integrar a BRI. Em resposta a isso, embora parte da abordagem acadêmica chinesa concorde com a importância de avaliar a existência de uma “sobrecarga estratégica” — discordando sobre seu alcance como um problema — (Pu; Wang 2018), pelo menos três perspectivas diferentes abordaram como a BRI poderia afetar o Sul Global - e a América Latina, em particular.

Para um grupo de acadêmicos, a China recria o conhecido processo de dependência na periferia, posicionando a maioria dos países como fornecedores de recursos naturais nas Cadeias Globais de Valor (CGVs) controladas pelo gigante asiático. Essa perspectiva baseia-se no renascimento das teorias imperialistas/sub-imperialistas/neocolonialistas e aponta que a China pode controlar recursos geopolíticos estratégicos para sua projeção futura e construir relações baseadas no domínio neocolonial (Lumumba-Kasongo 2011; Stallings 2020). Além disso, a BRI não afeta o vínculo entre a China e a América Latina, mas consolida a condição periférica dessa região na economia global (Myers 2018).

Em acordo com o que foi mencionado acima, as perspectivas extrativistas visualizam a América Latina como uma “região adaptativa”, rica em recursos naturais, que apoia um modelo de acumulação incapaz

de reverter padrões históricos exclusivos e desiguais de acumulação capitalista e destinado a exacerbar a deterioração ambiental e as estruturas de monoprodução (Svampa; Slipak, 2018).

Em contrapartida, outras perspectivas argumentam que a BRI representa um novo “modelo de globalização” que promove o comércio desimpedido, a conectividade da infraestrutura e o crescimento inclusivo com benefícios mútuos (Ríos 2018). A BRI é interpretada como uma nova etapa da inserção externa da China que propõe uma globalização com “características chinesas” baseada na conectividade e no desenvolvimento inclusivo (Ramón Berjano 2019; Jabbour; Dantas; Vadell 2021). Consequentemente, a China está promovendo o surgimento de um novo sistema internacional, capaz de superar o unilateralismo (Malena 2018) e criar um multilateralismo liderado pelo Sul Global, sem hegemonia global (Girado 2018).

Essas perspectivas têm um “centro gravitacional” analítico estruturado em torno da ideia de que a China está cada vez mais liderando a dinâmica do sistema global, tendo impactos sobre “o resto”. Assim, a integração com a China é observada com base na centralidade chinesa, avaliando como a lógica chinesa de expansão, por meio de iniciativas como a BRI, impacta os cenários latino-americanos e o Sul Global de forma mais ampla. No entanto, essas perspectivas pouco especificam como diferentes formas de autonomia regional poderiam ser construídas e as condições necessárias para criar efetivamente essa autonomia. A abordagem da autonomia recupera uma proposta que visa a fortalecer as margens de manobra dos países periféricos e de suas regiões de forma a evitar colocá-los como receptores passivos, ampliando suas capacidades e escopos de ação ao criar processos de integração com a Ásia e a China. A possibilidade de alcançar essa autonomia é uma condição para conciliar essa integração e a projeção da China na América Latina com um desenvolvimento espacial e produtivo sustentado e inclusivo dessa região, bem como a reversão de seus vínculos de subordinação e dependência que caracterizam a inserção internacional da América Latina a partir de sua organização pós-colonial (Cardoso; Faletto 1970; Frank 1991).

Avançar nessa direção requer uma avaliação cuidadosa e comparativa de vários elementos que estão presentes de forma diferente e desigual nas trajetórias e nas realidades atuais da China e da América Latina. A partir dessa avaliação comparativa, surge um roteiro para essa região, considerando os aspectos a serem fortalecidos e articulados em seu vínculo crescente e estratégico com o cenário sino-asiático.

Inspirados por uma perspectiva estruturalista latino-americana adaptada e atualizada, com base nas teorias da dependência e da autonomia, e em articulação com a versão de Arrighi da teoria do sistema mundial,

realizamos a avaliação comparativa por meio da introdução de seis elementos inter-relacionados que afetam as condições e as formas de integração e a trajetória de desenvolvimento da China e da América Latina: 1) integração por meio da autonomia; 2) integração por meio do fortalecimento da integração macrorregional; 3) integração por meio da industrialização e do controle soberano das capacidades financeiras e comerciais que definem a apropriação do excedente; 4) integração por meio do desenvolvimento tecnológico e do controle estratégico do processo de industrialização; 5) integração por meio da inclusão de cenários sub-regionais; e 6) integração por meio do fortalecimento das capacidades gerenciais e diretivas do Estado. É importante observar que nossa proposta é principalmente teórica. Essa contribuição tem limitações quanto à natureza da pesquisa, pois não oferece uma verificação empírica. No entanto, ela abre a possibilidade de trabalhos futuros confrontarem as categorias teóricas que formulamos com abordagens empíricas, por exemplo, estudos de caso, e enriquecerem a discussão sobre a projeção da BRI para a América Latina.

## **A Integração por meio da autonomia como um vetor central de orientação**

A proposta de aprofundar a integração com a China por meio da BRI precisa ser analisada no âmbito do atual processo de reestruturação global. A implantação da BRI no contexto da atual crise cíclica da hegemonia global significa que a BRI não deve ser lida apenas como uma proposta para aprofundar e qualificar o processo de globalização, inspirada no acordo e no benefício mútuo, mas como uma estratégia ampla por meio da qual a China busca recuperar sua histórica preponderância geopolítica e geoeconômica e garantir seus interesses econômicos e estratégicos.

O principal desafio para o Sul Global ao aderir à BRI, e para a América Latina em particular, é a capacidade de estabelecer as condições necessárias para uma inserção que contribua para a promoção de estruturas produtivas e institucionais internas, juntamente com um padrão socialmente inclusivo e uma reversão das assimetrias espaciais. Os países latino-americanos ainda não estabeleceram pré-condições ou elaboraram uma estratégia conjunta sobre como o benefício mútuo fará parte da implementação da BRI na região. Além disso, ainda não está claro como a execução dos projetos da BRI estabelecerá um cenário em que as empresas e sociedades locais participarão em conjunto com as contrapartes chinesas. Portanto, grande parte das implicações da BRI na América Latina depende do grau de adaptação dos mecanismos

institucionais para promover a interconectividade e, posteriormente, servir como impulsionadores do desenvolvimento econômico. Nesse esforço, a América Latina deve definir como o processo de desenvolvimento como região, mas também dentro de seus países, se beneficiará com a adesão à BRI e quais são as principais características da “vitória” latino-americana dentro dessa estrutura de cooperação (Gonzalez Jauregui 2020).

Isso requer a criação de espaços elaborativos e decisórios autônomo. Durante a Guerra Fria, a América Latina desenvolveu a “Escola da Autonomia”. Com base nas contribuições de Juan Carlos Puig (1984; 1986) e Helio Jaguaribe (1979), suas propostas visavam a orientar como enfrentar o desafio histórico da reversão a dependência econômica e política da região. Seguindo essas ideias e o estruturalismo latino-americano, o vínculo virtuoso entre inserção internacional e desenvolvimento requer, segundo Jaguaribe, a necessidade de articular viabilidade interna e permissividade externa (Jaguaribe, 1979). A consecução desse objetivo e a conquista da autonomia não são apenas uma declaração de princípios, mas uma necessidade real para a construção de um cenário que amplie as condições de reprodução socioespacial interna e que fortaleça a capacidade de definir a inserção internacional da região. Em termos geopolíticos, isso vai ao encontro da intenção de criar um Estado continental (Methol Ferré, 2013), que começaria na bacia do MERCOSUL/Rio da Prata, e de construir as capacidades necessárias para alcançar autonomia relativa, desenvolvimento econômico e força do Estado.

A viabilidade de criar esse cenário institucional e econômico autônomo e de compatibilizá-lo a projeção geopolítica e geoeconômica da América Latina, e/bem como realizada por ela, na lógica “win-win” anunciada pelo BRI nos leva a recuperar a proposta de um núcleo de acumulação endógeno e dinâmico de alcance macrorregional (Fajnzylber 1983; Fernández 2017). Essa proposta também está relacionada ao estabelecimento das condições de um desenvolvimento autodeterminado, para ser “autoconsciente e prosseguir seguindo seus próprios objetivos e propósitos, e livre de restrições externas” (Tokatlián; Carvajal 1995, 8).

Em contraste com a América Latina, a ascensão da China está intimamente ligada à sua capacidade de construir autonomia político-estratégica por meio da revolução nacional e social que começou em 1911 e triunfou em 1949. A China encerrou sua condição de “colônia”, de acordo com a definição de Sun Yat-Sen, e passou de uma periferia enorme e saqueada, com grandes extensões de territórios ocupados, para um país semiperiférico que, no início da década de 1970, começou a emergir como uma importante potência mundial. Essas transformações são fundamentais para entender o processo de reforma liderado por Deng Xiaoping — que seguiu as diretrizes

de Zhou Enlai — e como a China aproveitou a crise hegemônica dos Estados Unidos no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e adquiriu uma posição de força e autonomia político-estratégica (Arrighi 2007; Merino; Bilmes e Barrenengoa, 2022; Kissinger 2012).

Desde o final da década de 1970, a China iniciou um processo de realocação industrial e transnacionalização produtiva e se tornou um importante receptor de investimentos em manufaturas de baixa complexidade. Essas reformas foram impulsionadas por um projeto de desenvolvimento nacional ao qual nunca se renunciou. O Estado chinês manteve a liderança no desenvolvimento econômico por meio de um modelo de planejamento público, que permitiu algumas dinâmicas de mercado, mas manteve o controle dos núcleos estratégicos da economia. Além disso, o Estado aumentou suas capacidades em ciência e tecnologia, juntamente com a renovação do complexo militar-industrial, bem como aumentou seu controle sobre os recursos naturais e o sistema financeiro (Rosales 2020).

As reformas na China incluíram a capacidade de abrir-se progressivamente para o mercado internacional, seguindo, embora de forma divergente, as reformas de desenvolvimento que haviam sido realizadas no Leste Asiático durante o pós-guerra (Beeson 2018). Essas mudanças incluíram o estabelecimento de condições para a entrada de capital externo. Por outro lado, as reformas neoliberais que ocorreram na América Latina desde a década de 1970 forçaram a dependência, desmantelaram os projetos de desenvolvimento nacional, enfraqueceram as capacidades do Estado e resultaram em um processo de periferização. Como resultado, o PIB per capita da região passou de 38% da média dos países orgânicos centrais em 1980 para 28% em 2002 (Solimano; Soto 2005).

Assim, as “quatro transformações” chinesas lideradas pela política de “Reforma e Abertura” durante a Era Deng mantiveram e reforçaram a autonomia relativa da China. Esse processo foi consolidado recentemente por meio de três estratégias nacionais: o “Programa de Desenvolvimento Ocidental” (WDP), o “*China Going Global*” (CGG) e o “BRI” (Ye 2020). Todas elas reúnem os objetivos de inserção na globalização em nível externo e, ao mesmo tempo, os objetivos de expansão de mercado e desenvolvimento econômico em nível interno. Embora o CGG e o BRI enfatizem a participação chinesa no mercado internacional, as prioridades domésticas são igualmente importantes; o objetivo de continuar os avanços no crescimento econômico interno e na modernização nacional e, nesse contexto, alcançar a autonomia tecnológica, é fundamental (Ye 2020; Naughton 2021).

## Integração intra macroregional como uma plataforma para a integração inter-regional global

O desafio latino-americano de construir um padrão de acumulação dinâmico e endógeno não pode limitar-se a um alcance nacional. Ao contrário, requer um escopo macrorregional que proponha um processo de integração que considere os fracassos que ocorreram antes da crise global e latino-americana na década de 1970 (Teubal 1968) e que continuaram devido a diferentes obstáculos (Briceño Ruiz 2007). É importante ressaltar que a exigência de uma forte integração regional não é nova — foi proposta por Prebisch e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sendo anterior ao processo de integração europeia (Krishnan-Kutty 1999). Anteriormente, vários setores e escolas com pensamentos diferentes propuseram a necessidade de uma unidade regional, começando com a proposta bolivariana de criar uma Confederação das Repúblicas Hispano-Americanas ou, mais tarde, a geração latino-americana no início do século XX. A esse respeito, e quando os processos se encontravam em um gargalo em 1951-1953, o presidente argentino Juan Domingo Perón ensaiou sua proposta do novo ABC (Argentina, Brasil e Chile), considerando que não havia um nível suficiente para obter unidade econômica e autonomia.

A integração latino-americana deve ser planejada com base em uma abordagem multidimensional — social, política e cultural — (Di Filippo 2007), mas com foco na promoção de articulações produtivas controladas pelo Estado (CEPAL 2014). Essa proposta deve estar associada à viabilidade de aprofundar e qualificar o processo interrompido de industrialização regional e nacional e, assim, promover a inclusão e a distribuição de renda na região mais desigual do mundo. Também deve ser pensada como uma forma de dar musculatura geoeconômica e geopolítica à luz do processo de integração global.

Enquanto o primeiro aspecto foi argumentado e reafirmado por Prebisch (1959), o elemento geopolítico foi pouco debatido, devido às restrições impostas pela Guerra Fria e ao alinhamento regional com os Estados Unidos (Camarinha Lopes; Almeida Filho e Henrique Pinto 2018; Pollock 1978). Essa pode ser a razão pela qual a integração regional, tanto econômica quanto institucional, tem sido histórica e estruturalmente fraca. Com base nisso, uma nova proposta de integração regional também deve incluir a categoria de “Estado Continental Industrial” desenvolvida por Methol Ferré (2013), considerando também uma abordagem de dependência do papel de grupos poderosos e classes sociais com comportamentos internos de rentistas e uma integração subordinada aos processos geopolíticos e geoeconômicos globais.

No atual cenário global, as propostas integrativas com foco em uma dinâmica geopolítica e geoeconômica conjunta são particularmente relevantes porque oferecem capacidades de negociação que promovem a recuperação do desenvolvimento industrial interrompido na década de 1970, bem como a reversão das desigualdades e da exclusão que avançaram na região durante os anos neoliberais (Portes 2003). Para superar a atomização dominante (Comini; Frenkel 2017) e avançar para um sistema interestatal regional, é vital a implantação de uma integração geoeconômica e geopolítica, com base em uma articulação produtiva intrarregional.

Como exemplo do que foi mencionado acima, no início do século XXI, no contexto de uma virada “nacional-popular” (em termos gramscianos) em vários países da América Latina, houve um retorno ao regionalismo autônomo (Merino, 2017). Novas entidades foram criadas para fortalecer o escopo do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), como a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e a CEPAL. No entanto, a busca de uma lógica “pós-neoliberal” ou “pós-hegemônica” a partir de um “regionalismo produtivo” (Briceño Ruiz 2013, 22) ou de um regionalismo autônomo não foi alcançada, e a integração regional foi enfraquecida. O surgimento da Aliança do Pacífico em 2012 restabeleceu o regionalismo neoliberal “aberto” e exibiu uma ruptura regional, que evidenciou a competição por projetos políticos entre os países da região, bem como uma forte pressão de Washington.

Esses processos contrastam com a força e a expansão da lógica de integração na Ásia (Beeson; Li 2014). Embora não esteja livre de turbulências geopolíticas, a integração na Ásia tem sido caracterizada por uma crescente liderança chinesa (De Grauwe; Zhang 2016), flexível e pragmática, orientada para o regionalismo desenvolvimentista (Wei 2018), bem como promovida por um modelo liderado pelo Estado que fortalece a estratégia de projeção global. A China encontra na liderança regional um centro para se proteger das crises financeiras globais (Beeson; Li 2014).

Desde seu papel na crise asiática em 1997-1998, a China aprimorou a integração regional com base em “uma nova diplomacia periférica” na Ásia. Primeiramente, por meio de seus compromissos com os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e, mais tarde, com a criação da Cúpula ASEAN-China, que estabeleceu a base para a cooperação múltipla nas dimensões diplomática e de segurança, bem como para o intercâmbio entre pessoas, entre outros. Em 2003, foi lançada a “Aliança Estratégica para a Paz e a Prosperidade”, em 2008, foi assinado o Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) e, em 2010, o tratado de livre comércio foi ampliado. Essa construção regional permitiu, então, a proposta do BRI, inicialmente posicionando

os países asiáticos no centro, para depois integrá-los ao Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura, que foi lançado quase simultaneamente ao BRI. Esses avanços na integração regional também permitiram a assinatura do maior tratado comercial do mundo em novembro de 2020: a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP). A criação da RCEP contrasta com a tentativa mal sucedida do governo de Obama de conter a China por meio da Parceria Transpácífica (Merino 2018). Além disso, a China, juntamente com a Rússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão e o Uzbequistão, consolidou em 2001 a Organização para Cooperação de Xangai - instituição central de segurança e cooperação no coração da Eurásia. Longe de ser improvisada, a integração regional asiática sob a liderança da China encontra sua força e ancoragem em uma formação histórica, anterior à consolidação europeia, baseada na prevalência do mundo chinês até o século XVIII (Frank 1998; Arrighi 2008)

## Integração a partir da industrialização

O processo de industrialização é fundamental para a construção da autonomia. A industrialização, em linhas gerais, envolve a possibilidade de aumentar a complexidade da estrutura produtiva, que deve ser articulada com as estruturas comerciais (por meio da ampliação do comércio intrarregional, do aprofundamento da união aduaneira no Mercosul, da quebra dos monopólios do comércio mundial e da defesa dos preços das matérias-primas), bem como com a soberania financeira e a administração independente da poupança regional. Nesse sentido, o caso chinês se destaca por sua capacidade de criar capacidades para se desconectar da subordinação do capital financeiro global (Petry 2020).

Portanto, a força geoeconômica e geopolítica da América Latina para lidar com a mudança global e com a integração com a China no BRI enfrenta o desafio de tornar a reindustrialização uma realidade, mas sob um projeto independente, diferente da industrialização dependente liderada pelas corporações multinacionais dos Estados Unidos, que foi anunciada como uma possibilidade de “desenvolvimento” em alguns países da região até a década de 1970. A questão é como tornar isso viável com a China como contraparte, especialmente considerando que os bancos de políticas chineses concederam à América Latina empréstimos sem condições políticas e contribuíram para impulsionar os projetos de infraestrutura pública. Entretanto, esses empréstimos incluem condicionalidades comerciais: por exemplo, a promoção de empresas, mão de obra e maquinário chineses (Kaplan 2021). Essas condicionalidades representam um desafio para a América Latina em

relação à industrialização e ao desenvolvimento de forma mais ampla.

Posicionada como vetor estruturante do desenvolvimento na formulação inicial da CEPAL (Prebisch 1949) e, posteriormente, constituindo o grande campo de transformação social e política da região desde a década de 1940, a industrialização latino-americana foi finalmente “incompleta” na década de 1970 (Fajnsylver 1983), seguida nas últimas décadas do século por uma “desindustrialização precoce” (Palma 2019), incentivada pelas estratégias liberalizantes do Consenso de Washington que dominou a região. Apesar de suas diferenças, tanto a “industrialização incompleta” quanto a subsequente “desindustrialização precoce” ocorreram sob uma inserção externa dependente de recursos naturais (Bresser Pereira 2013). Durante este século, sob a crescente presença comercial da China na região, consolidou-se uma reprimarização da inserção externa (Jenkins, 2012; Gallagher & Porzecanski, 2010; Gallagher, 2016), paradoxalmente quando os governos da Onda Rosa destacaram, novamente, a necessidade e os benefícios da industrialização (CEPAL 2015). Certamente, a industrialização que contribui para o desenvolvimento exige que não seja “qualquer industrialização”, mas uma que permita a expansão das cadeias produtivas regionais para atividades baseadas em conhecimento e que garanta a elas a aquisição de posições de comando dentro do espaço regional de industrialização necessária. Esse processo de industrialização deve ocorrer em conjunto com o controle soberano das finanças e do comércio exterior para ajudar a construir uma plataforma autônoma de acumulação (Fernández; Brondino 2019). Essa é uma característica histórica do caminho para a industrialização que diferencia os países ricos daqueles que não o são (Chang 2008) e mostra a importância dos processos de integração regional que contribuíram para um maior dinamismo e um posicionamento bem-sucedido nas redes econômicas globais (CEPAL 2014).

Em contraste com a América Latina, o processo dinâmico vivido pela China (Li et al. 2012) deu continuidade à liderança que o Japão havia assumido no pós-guerra (Medeiros 1999), combinando industrialização regional e mecanismos de integração (Beeson; Li 2014). Para isso, a China fundiu políticas de industrialização baseadas no controle e na alocação de investimentos em atividades e setores estratégicos com o controle progressivo das cadeias regionais e globais (Jian 2016). Convidada pela China a fazer parte dessas cadeias no âmbito do BRI e sob uma relação “ganha-ganha”, o desafio da América Latina é definir o seu “ganho” retomando seu caminho de industrialização e revertendo seu padrão tradicional de inserção global primária (Jenkins 2015).

## Integração por meio do desenvolvimento tecnológico no

## processo de industrialização

A “lacuna tecnológica” e sua relação com o processo de industrialização têm sido fundamentais na análise fornecida pelas perspectivas estruturalista e de dependência da América Latina. De acordo com essas abordagens, a principal característica da assimetria centro-periferia é a apropriação desigual do processo técnico (Prebisch 1949; 1981) ou o estabelecimento de monopólios tecnológicos pelos países do centro (Dos Santos 2002). Essa constante assimetria, que é resultado de um processo histórico, encontraria limites críticos quando a industrialização fosse impulsionada (Hirschman 1968). Por sua vez, a teoria da dependência enfatiza a transferência de valor que essa lacuna faz, como parte de uma dinâmica desigual e combinada.

O vínculo entre o desenvolvimento tecnológico e a criação e o aprofundamento das cadeias produtivas regionais é essencial para reverter a heterogeneidade e a menor especialização da estrutura socioprodutiva que caracteriza o padrão subdesenvolvido da região (Pinto 1976; Chena 2010). Esse padrão é a principal causa das assimetrias socioprodutivas e, ao mesmo tempo, leva a uma inserção internacional fraca, subalterna e primarizada (Cimolli 2005).

A conexão entre a inovação, os processos de aprendizagem e o controle de funções estratégicas das cadeias produtivas com capacidade de se estenderem e se complementarem regionalmente pode contribuir para aumentar a densidade produtiva, desenvolver e qualificar o emprego e melhorar a distribuição de renda. Da mesma forma, essa conexão pode contribuir para a obtenção de maior poder de negociação em escala global (com Estados e CGVs), tanto pelo controle dessas cadeias produtivas estratégicas como, portanto, do excedente.

Para alcançar esse objetivo, os Estados da América Latina devem não apenas aumentar o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (López Aymes; Morales Fajardo 2018), mas também aumentar a complementariedade entre o setor privado e as empresas estatais que desenvolvem atividades complexas. Isso implica romper com o isolamento dos sistemas científico-tecnológicos em relação às estruturas produtivas que caracterizam a região (Confraria; Vargas 2019), enraizado em uma longa trajetória histórica (Sabato; Botana 1968).

Ao contrário da América Latina, a China tornou-se um líder ativo na integração regional asiática ao aumentar o controle do Estado sobre o conhecimento e as atividades complexas. Embora a China tenha iniciado esse processo tornando-se receptora de atividades tecnológicas e de trabalho

intensivo, a trajetória chinesa foi marcada pelo desenvolvimento do setor de alta tecnologia, como resultado da promoção de um sistema de inovação eficiente liderado pelo setor público que permitiu à China controlar as atividades nevrálgicas nas cadeias produtivas (Zeng 2017). A industrialização da China e seu envolvimento com o desenvolvimento científico-tecnológico qualificado permitiram que o país asiático se tornasse um dos maiores depositantes de patentes do mundo, além de controlar várias funções centrais do setor de alta tecnologia, combinando uma posição progressiva e vantajosa dentro da CGV (Song et al. 2021).

A política de “Reforma e Abertura” buscou fazer uma mudança integral no setor de ciência e tecnologia; uma conversão que foi estendida para o restante das chamadas “quatro transformações”, na agricultura, defesa e indústria. Desde então, as políticas de desenvolvimento na China se concentraram em, primeiramente, estabelecer o país como um “receptor” de conhecimento, por meio da adaptação de suas estruturas produtivas industriais, para depois promover a China a se tornar um “inovador endógeno”. Vale a pena observar que a criação de uma estratégia de desenvolvimento vinculada à política industrial, que não só promoveu o *catch-up* tecnológico, mas também aprimorou o salto tecnológico, começou a ser relevante em 2006. Essa nova estratégia tornou-se uma prioridade na modernização nacional em 2015, por meio do lançamento da “Estratégia de Desenvolvimento Baseada em Inovação” (Naughton 2021). Alguns exemplos dessa ampla estratégia tecnológica são os planos tecnológicos específicos, como o “Made in China 2025” e o “Internet Plus”, ambos lançados em 2015, e os programas subsequentes para o desenvolvimento de “tecnologias de uso geral”, com base em um “triângulo” integrado por comunicações, dados e inteligência artificial.

No caso da China, a inovação endógena inclui tornar-se um “pioneiro” no desenvolvimento de certas tecnologias relacionadas à “revolução tecnológica 5.0” — tecnologias que são aplicadas transversalmente a diferentes setores estratégicos (Naughton 2021). Essa política faz parte de um processo de design e implementação que busca o desenvolvimento e a modernização da China e tem refletido-se historicamente nos Planos Quinquenais. O Décimo Quarto Plano Quinquenal (2021-2025) e os chamados “Objetivos de Longo Prazo para o Ano de 2035”, integrados ao plano, reafirmam a importância dos avanços científicos e tecnológicos para a meta de transformar a China em uma economia inovadora e continuar o processo de alcançar a liderança global até 2049.

## Integração por meio da reversão de desigualdades espaciais

Juntamente com a superação da heterogeneidade socioprodutiva para alcançar a inclusão social e reduzir as desigualdades que fazem da América Latina a região mais desigual do mundo em termos de renda (Bárcena 2016), outros aspectos da desigualdade também são relevantes: por exemplo, a desigualdade espacial (Kanbur; López-Calva e Venables 2005). Assim, o processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico que visa a criar e qualificar cadeias produtivas suprarregionais requer, também, a ampliação dos escopos espaciais e envolve a inclusão progressiva dos territórios intranacionais excluídos, para evitar subalternidades adicionais.

Como parte do processo histórico latino-americano, as desigualdades socioespaciais intranacionais também foram consideradas na análise estruturalista da CEPAL na década de 1970, destacando como elas coexistiam com o processo de industrialização promovido no período pós-guerra (Sunkel 1970). Longe de serem revertidas, essas desigualdades foram agravadas durante a implementação do Consenso de Washington (Fernández et al. 2008), coexistindo com um processo de concentração espacial no qual “aglomerações sem crescimento” (Polèse 2005) e assimetrias intraurbanas foram fortalecidas (Kanbur López-Calva; Venables 2005).

As desigualdades espaciais também ficaram evidentes quando a China iniciou as reformas econômicas, pois houve uma reestruturação da dinâmica industrial e de urbanização. Essas transformações ecoaram em vários trabalhos acadêmicos (Dunford; Li 2010), que procuraram mostrar como as forças globais, os Estados-nação e os fatores locais interagiram ao compreender o desenvolvimento regional desigual na China. Essas mudanças favoreceram o desenvolvimento das regiões e províncias costeiras com base no crescimento de empresas não estatais e na manufatura voltada para a exportação, que funcionaram como forças estruturais por trás da criação de desigualdades regionais em diferentes escalas espaciais (Naughton 2007; Ye 2020).

Apesar da existência de desigualdades (particularmente intraprovinciais) e heterogeneidades regionais que implicam um desafio persistente (Crane et al. 2018), dois aspectos são divergentes ao comparar a trajetória chinesa e o cenário latino-americano. Por um lado, a convergência chinesa de redistribuição espacial na produção industrial. Por outro lado, as ações de planejamento feitas pelo Estado para reverter as desigualdades espaciais. Para isso, o Estado implantou diferentes formas de intervenção que foram acompanhadas por um envolvimento heterogêneo, mas ativo, com as regiões periféricas. Na industrialização da China, a convergência industrial/tecnológica gradual adicionou progressivamente as regiões não costeiras (Lemoine et al. 2014), ao mesmo tempo em que alcançou a inserção

progressiva das regiões nas cadeias de valor (Yu 2017).

O objetivo de integrar os níveis regionais para alcançar uma maior assimetria espacial levou a propostas de novas políticas públicas “em favor de um desenvolvimento mais equilibrado que remonta ao final da década de 1990, quando o governo lançou o WDP, um programa destinado a melhorar o desenvolvimento econômico de doze províncias centrais e ocidentais” (Lemoine et al. 2014, 10). O WDP englobava transferências fiscais e preferências tributárias, medidas para induzir as instituições financeiras e, especialmente, os bancos de políticas a aumentar os empréstimos para o desenvolvimento das regiões ocidentais (Lemoine et al. 2014, 10). O programa visava reduzir as desigualdades investindo em infraestrutura, criando parcerias econômicas entre a costa e as províncias do oeste e aumentando a capacidade das regiões do oeste de atrair investimentos estrangeiros (Sun 2013; Zheng; Kuroda 2013).

Apesar da constante promoção do desenvolvimento e da industrialização das províncias ocidentais da China — desde a criação da República em 1912, até a revolução comunista e o período maoísta, e mesmo durante a Era Deng —, foi Jiang Zemin quem implementou o programa WDP. Embora as reformas lançadas no final da década de 1970 tenham permitido o desenvolvimento e a industrialização das províncias da costa leste, esse não foi o caso das regiões central e oeste; seu desempenho econômico foi muito inferior ao das regiões vigorosas. Assim, o lançamento do WDP em 1999 foi uma consequência das pressões dos governos dessas regiões que reivindicaram a liderança central pelo atraso na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento e industrialização em suas províncias. O WDP também buscou uma solução para a crise de excesso de capacidade industrial que havia irrompido em 1996 e aumentado durante a crise asiática em 1997-1998 (Ye 2020). Portanto, o WDP perseguiu o objetivo de superar essas crises, mas também de responder aos desafios subjacentes da reforma das empresas estatais devido à iminente entrada da China na Organização Mundial do Comércio.

A BRI foi lançada em 2013, também no contexto de uma crise econômica e política interna devido ao excesso de capacidade dos setores industriais chineses. O WDP não foi removido, mas fundido com a BRI para continuar a desenvolver a China em nível doméstico. Assim, a BRI promoveu a reativação da construção de infraestrutura que havia sido interrompida pela recessão econômica e pela restrição do crédito entre 2010 e 2014 (Ye, 2020).

As ações para reverter as desigualdades, aumentar a inclusão e melhorar as condições de bem-estar e os padrões de vida nas regiões menos favorecidas da China foram aprofundadas; primeiramente, por meio do WDP e, posteriormente, por meio do Décimo Terceiro Plano Quinquenal, que propôs políticas voltadas para a integração das áreas urbanas e rurais

e para a redução das disparidades entre as províncias por meio de um desenvolvimento regional integrado (Aglietta; Bai e Macaire 2021). Além da redução das desigualdades territoriais, o governo chinês buscou aumentar a equidade social por meio do aumento da renda *per capita*, da oferta de condições melhores e mais elevadas de acesso à moradia, saúde e educação, da melhoria do sistema de seguridade social e da erradicação da pobreza extrema. O Décimo Quarto Plano Quinquenal, aprovado em março de 2021, propõe avançar em direção a essas metas.

## **Integração por meio da criação de capacidades integradas nos Estados**

Os elementos mencionados anteriormente convergem em um ponto final integrado: a configuração e o desenvolvimento das capacidades organizacionais, funcionais e espaciais do Estado. Essas capacidades são um fator determinante da força ou fraqueza de cada um dos aspectos analisados acima, bem como de sua articulação para o desenvolvimento de uma estratégia regional comum.

Mas, com relação a esse último elemento, as trajetórias e realidades latino-americanas e sino-asiáticas também são diferentes e desiguais. A formação do Estado na América Latina, relativamente recente em termos históricos, não ocorreu junto com um fortalecimento correlativo das capacidades do Estado (Centeno 2002; Mazzuca 2021), em particular, aquelas necessárias para alcançar a autonomia sustentada para dirigir o processo de industrialização e o desenvolvimento tecnológico necessário para superar a lógica primarizada e a especialização das elites dominantes locais e reverter uma inserção internacional periférica e dependente (Cardoso; Faletto 1970). Essas capacidades limitadas, necessárias para alcançar uma “autonomia estrutural” (Hamilton, 1981), foram o resultado da inexistência tanto da permissividade externa imposta pelas potências globais (geopolítica) quanto da viabilidade interna devido ao poder/interesse das elites locais (Jaguaribe, 1979). Isso condicionou as possibilidades de desenvolvimento da capacidade estatal de criar integração regional industrial e tecnológica.

As principais condições históricas que afetaram a formação do Estado na América Latina tiveram suas origens na integração tardia - e subordinação - ao sistema interestatal europeu dominante, que a precedeu por pelo menos três séculos (Fiori 2007), bem como na ausência de muitos dos elementos que distinguiram a formação do Estado europeu.

Enquanto a ascensão da Europa encontrou no ciclo de auto-reforço

entre suas capitais e seus Estados e no desenvolvimento do sistema de guerra interestatal os fatores determinantes de seu domínio transoceânico (McNeill 1982), a América Latina teve de lidar com Estados geopolítica e geoeconomicamente inábeis para formar um sistema interestatal regional autônomo. Diferentemente dos Estados europeus, seu surgimento não foi resultado de confrontos militares externos, que lhes deram poder burocrático, fiscal e militar (Centeno 2002; Burke 1997), mas de organizações limitadas pela penetração e adaptação aos interesses hegemônicos distantes e ao poder e às estratégias dos atores dominantes locais que os precederam.

Como resultado, também eram Estados baseados em formações sócio-urbanas concêntricas e portuárias, com pouca conexão e articulação com espaços subnacionais, cujo poder e controle eram disputados pelos caudilhos locais. Essas diferentes instâncias, pouco articuladas, desenvolveram máquinas burocráticas afetadas por múltiplas limitações operacionais e de treinamento, nas quais os padrões de clientelismo e o domínio caudilhistas se destacam como um limite à centralização política (Pfoh 2005).

Tudo isso limitou, a jusante, o desenvolvimento de capacidades de infraestrutura (Soifer; vom Hau 2008) que permitiriam um processo combinado de descentralização e centralização estratégica nacional, necessário para reverter a fragmentação e as desigualdades espaciais. A montante, isso impediu a formação de um sistema interestadual macrorregional, essencial para a realização de um processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico endógeno (Pastrana Buelvas; Alegria 2015).

Desde a segunda metade do século XX, a incorporação de classes subordinadas urbanas, que cresceu com a industrialização, promoveu uma multiplicação das organizações e funções do Estado, embora sem deslocar a presença e a incidência de classes dominantes internas e externas. Isso alimentou tensões que buscaram ser resolvidas dentro do Estado (O'Donnell 1973), incentivando sua feudalização (Portantiero 1989) e captura (Oszlak 2020), e restringindo sua capacidade de direcionar o aprofundamento do processo de industrialização e formar um padrão de integração macrorregional.

As restrições internas e externas mencionadas acima contribuíram para gerar muitas das crises subsequentes que caracterizaram o *status* de Estado latino-americano na década de 1970, bem como a criação e a consolidação de condições de periferia. Posteriormente, no âmbito da projeção do Consenso de Washington durante a década de 1990, uma estratégia combinada de privatização e descentralização aprofundou a fragmentação e a fraqueza dos Estados nacionais e os tornou funcionais às estratégias de acumulação de capital global e às instituições financeiras internacionais (Fernández 2002).

As mudanças políticas evidenciadas na primeira década do século XXI

não conseguiram reverter a maioria dessas transformações estruturais. Embora as expressões da Onda Rosa (Fernández 2016) ou os governos “nacional-popular” (em termos gramscianos) sob ideias neodesenvolvimentistas (Merino 2017) alegassem promover industrialização e projetos inclusivos com escopos regionais, as capacidades do Estado continuaram limitadas para atingir essas metas. Como resultado, surgiu uma nova reação conservadora, buscando limitar as capacidades do Estado de se envolver em áreas estratégicas ligadas à produção e, ao mesmo tempo, reinstalar uma integração regional associada à hegemonia em declínio e financeirizada dos Estados Unidos (Cannon 2016).

A formação do Estado e o desenvolvimento da capacidade do Estado parecem diferentes no cenário sino-asiático. Diferentemente da trajetória europeia e da trajetória da América Latina e da África, como aponta Sugihara (2019): “Foi somente a partir de 2015, uma reação que tendeu a enfraquecer as conquistas anteriores em termos de integração e Ásia, que o nacionalismo econômico abraçou a integração regional em escala regional”, e sob essa integração “houve uma relação dinâmica entre o crescimento do comércio intra-asiático e a industrialização em escala regional” (Sugihara 2019, 77). A projeção dessa integração continua até hoje, mais recentemente na estrutura da Comunidade Econômica da ASEAN, e apesar do surgimento da China como hegemonia.

Esse processo foi apoiado pela criação de uma estrutura de Estado milenar baseada em uma centralização burocrática inovadora que deu controle efetivo sobre as terras e foi combinada com diferentes formas de descentralização que permitiram, embora não sem conflitos, a geração de vários órgãos locais, nacionais e supranacionais (Cao 2018; Wang 2019). O processo de construção do Estado em um nível macrorregional foi composto, além da China, por várias agências estatais burocráticas poderosas. Ele não funcionou por meio de confrontos militares interestaduais (por exemplo, entre a China e seus vizinhos), como ocorreu no caso das potências ocidentais (Arrighi 2008), mas por meio de um processo de emulação e aprendizado que inspirou Estados próximos, como Japão, Coreia e Vietnã, juntamente com outras organizações políticas menores (Huang; Kang 2022). Com base nessa trajetória, a China reconstruiu e aprimorou sua capacidade estatal para construir um “sistema regional” que deve ser lido tanto na lógica histórica quanto na atual como uma instância fundamental entre a dinâmica global (Frank 1998) e a exclusividade nacional (Wong 1997).

A Revolução Chinesa, ocorrida em meados do século XX, tornou-se fundamental, não apenas como forma de remover o poder regressivo da elite local (Wang 2019), mas também para recuperar a condição de Estado que combina processos centralizados e descentralizados. Nesse sentido,

o Estado chinês lidera diferentes ações por meio das quais se articulam governos centrais e regionais, burocracias nacionais, empresas privadas e públicas, bancos públicos, pequenas e grandes empresas e mercados internos/regionais e globais/externos. O capital e os mercados, bem como os territórios, trabalham de baixo para cima tentando aumentar seus lucros; ao mesmo tempo, o Estado tem uma “supremacia ordenadora e geoestratégica” que trabalha de cima para baixo, moldando o comportamento econômico para que esteja alinhado com o objetivo de modernização nacional (Petry 2020). Em contraste, e de acordo com o que foi dito, a subordinação exógena domina a configuração e o envolvimento do Estado na América Latina.

Diferentemente de certas abordagens que comparam o sistema estatal chinês aos Estados desenvolvimentistas asiáticos, ao próprio capitalismo de Estado ou mesmo àquelas que o classificam como uma unidade estratégica, coercitiva e autoritária, deve-se observar que o Estado chinês é composto por diversas agências e centros de poder. Embora o Estado seja central, ele está longe de ser uma unidade monolítica. Ao contrário, é um sistema multinível, integrado por líderes políticos poderosos, burocracias nacionais, capital do Estado e governos locais com alta influência, que interagem de forma complexa, com conflitos constantes. Portanto, a implementação de estratégias nacionais é caracterizada por confrontos contínuos entre múltiplos atores político-econômicos (Jones; Zeng 2019).

Apesar de o Estado chinês ser um sistema de três partidos estruturalmente fragmentado, há um elemento que integra essas estruturas: a coesão ideológica e organizacional proporcionada pelo Partido Comunista Chinês, que busca garantir a ascensão global da China, bem como o bem-estar socioeconômico chinês e a modernização nacional. No caminho para a realização da modernização nacional, o crescimento econômico é uma prioridade. O crescimento econômico não só dá legitimidade ao sistema, mas também fornece os recursos necessários para enfrentar os desafios econômicos e sociais.

A coesão ideológica que caracteriza o sistema estatal chinês é resultado de ideias e preferências que foram acumuladas durante mais de quarenta anos de reformas. Essas ideias recuperam os postulados de Mao e até mesmo os de Sun Yat-sen. No entanto, há pluralidade, flexibilidade e fragmentação interna no aparato do Estado chinês, uma vez que os atores e as empresas subnacionais têm “liberdade” para escolher como interpretar e implementar as estratégias elaboradas pelo poder central, com base em incentivos e necessidades locais que, em geral, são diferentes e, às vezes, contraditórias (Ye 2020).

## Conclusão

O ambicioso projeto da BRI e sua progressiva chegada à América Latina abrem o debate sobre seu escopo, mas também sobre suas implicações para o desenvolvimento e a mudança estrutural na América Latina no atual cenário global.

Embora nossa proposta seja principalmente teórica e, portanto, tenha limitações devido à ausência de análises empíricas que confrontem nossas formulações, ela abre a possibilidade de futuras pesquisas sistemáticas, por exemplo, pesquisas de estudos de caso, que enriquecem a discussão sobre a projeção da BRI para a América Latina. Os seis elementos analisados acima, apresentados na estrutura de uma abordagem latino-americana estruturalista, de dependência e autonomia atualizada, em conjunto com a versão de Arrighi da teoria do sistema mundial, não são apenas relevantes individualmente, mas também precisam ser observados em uníssono. Tais elementos procuram mostrar a importância de se iniciar um processo de capacitação do Estado capaz de incentivar a criação de um espaço regional autônomo. Essa integração regional deve se basear em um processo de industrialização e desenvolvimento técnico, com estruturas financeiras e comerciais que facilitem a criação de cadeias produtivas regionais e revertam as históricas desigualdades subnacionais.

Esses elementos podem ser entendidos como desafios e restrições que surgem quando se avalia até que ponto a crescente projeção geoeconômica e geopolítica da China para a América Latina, por meio da BRI, poderia contribuir para o desenvolvimento do cenário regional.

As diferenças observadas na criação e na consolidação histórica de tais elementos em ambos os cenários regionais, com ausências e fraquezas no caso da América Latina e progresso visível no caso da China, mostram divergências estruturais que têm implicações para a cooperação futura no âmbito da BRI. As probabilidades de reversão dessas desigualdades na América Latina dependem principalmente de dois fatos. Em primeiro lugar, elaborar políticas que estabeleçam caminhos para que a região e seus espaços nacionais desenvolvam esses seis elementos. Em segundo lugar, garantir que a proposta chinesa da BRI abra um debate conjunto com as contrapartes latino-americanas sobre como implementar a iniciativa na região de forma a não intensificar os desafios de longa data, como a dependência de *commodities* e a desindustrialização.

Na busca por impedir uma interação subalterna com a China que deriva de uma neodependência não imperialista, é essencial que o

aprofundamento das relações como resultado da projeção da BRI para a América Latina seja promovido com base em uma abordagem coletiva em termos de países/regiões. Essa abordagem coletiva deve incentivar ações conjuntas em vez de ações individuais e permitir a elaboração de estratégias orientadas para a implantação de interações iguais e articuladas entre as partes nas seis dimensões mencionadas acima. A realização desse objetivo requer a concretização na América Latina de uma economia geopolítica efetiva baseada no fortalecimento da autonomia e da capacidade de negociação em escala global, alcançada por meio de um processo de integração econômica e institucional como o liderado pela China no cenário asiático.

## REFERÊNCIAS

- Aglietta, Michel M., Bai, Guo and Macaire, Camille. 2021. The 14th Five-year Plan in the New Era of China's Reform Asian Integration, Belt and Road Initiative and Safeguarding Multilateralism. CEPII Working Paper 36: 1-13. [http://www.cepii.fr/PDF\\_PUB/pb/2021/pb2021-36.pdf](http://www.cepii.fr/PDF_PUB/pb/2021/pb2021-36.pdf)
- Arrighi, Giovanni. 2007. *Adam Smith in Beijing*. London: Verso Books.
- Arrighi, Giovanni. 2008. Historical Perspectives on States, Markets and Capitalism, East and West The Asia-Pacific. *Journal Japan Focus* 6 (1). (paper published on the website: <https://apjjf.org/-Giovanni-Arrighi/2630/article.html>)
- Arrighi, Giovanni and Silver, Beverly. 1999. *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis: University of Minnesota Press
- Bárcena, Alicia (2016). Latin America is the world's most unequal region. Here's how to fix it. United Nations, (paper published on the website: <https://www.cepal.org/en/articulos/2016-america-latina-caribe-es-la-region-mas-desigual-mundo-como-solucionarlo>)
- Beeson, Mark. 2018. Geoeconomics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy. *Economic and Political Studies* 6(3): pp. 240-256. <https://doi.org/10.1080/20954816.2018.1498988>
- Beeson, Mark and Li, Fujian. 2014. *China's regional relations: Evolving foreign policy dynamics*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc
- Bresser Pereira, Luiz Carlos. 2013. State-Society Cycles and Political Pacts in a National-Dependent Society: Brazil. Working Paper Series 37. (paper published on the website: [https://www.desigualdades.net/Recursos/Working\\_Paper/37\\_WP\\_Bresser-Pereira\\_Online.pdf](https://www.desigualdades.net/Recursos/Working_Paper/37_WP_Bresser-Pereira_Online.pdf))

- Briceño Ruiz, José. 2007. *La integración regional en América Latina y el Caribe*. Mérida: Universidad de los Andes-CODEPRE.
- Briceño Ruiz, José. 2013. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. *Estudios Internacionales* 175: pp. 9-39. <https://doi.org/10.5354/0719-3769.2013.27352>
- Burke, Victor Lee. 1997. *The Clash of Civilizations: War-making and State Formation in Europe*. London: Wiley.
- Camarinha Lopes, Tiago., Almeida Filho, Neimeyer and Henrique Pinto, Gustavo Louis. 2018. Prebisch, Furtado y la Revolución Cubana, *Estudios latinoamericanos*. Nueva Época, 42: pp. 17-34. <https://doi.org/10.22201/cela.24484946e.2018.42.67938>
- Cannon, Barry. 2016. *The Right in Latin America. Elite Power, Hegemony, and the struggle for the State*. London: Routledge.
- Cao, Zhenghan. 2018. Centralization and decentralization of power structure: A theory of ruling risks and empirical evidence from Chinese history. *Chinese Journal of Sociology* 4 (4): pp. 506–564. <https://doi.org/10.1177/2057150X18789048>
- Cardoso, Fernando Henrique and Faletto, Enzo. 1970. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press.
- Centeno, Miguel Angel. 2002. *Blood and Debt: War and the Nation State in Latin America*. New York: Penn State University Press.
- Chang, Ha-Joon. 2008. *Bad Samaritans: The Myth of Free Trade & the Secret History of Capitalism*. Bloomsbury Press.
- Chena, Pablo Ignacio. 2010. La heterogeneidad estructural vista desde tres teorías alternativas: el caso de Argentina. *Comercio Exterior* 60 (2): pp. 99-115.
- Cimolli, Mario. 2005. Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina. Santiago de Chile: CEPAL.
- Comini, Nicolás and Frenkel, Alejandro. (2017). La política internacional de América Latina: más atomización que convergencia. *Nueva Sociedad* 271: pp. 117-129.
- Confraria, Hugo and Vargas, Fernando. 2019. Scientific systems in Latin America: performance, networks, and collaborations with industry. *The Journal of Technology Transfer* 44: pp. 874–915. <https://doi.org/10.1007/s10961-017-9631-7>
- Crane, Bret; Albrecht, Chad; McKay Duffin, Kristopher and Albrecht, Conan. 2018. China's special economic zones: an analysis of policy to reduce

- regional disparities. *Regional Studies, Regional Science* 5 (1): pp. 98-107.
- De Grauwe, Paul and Zhang, Zhaoyong. 2016. The rise of China and regional integration in east Asia. *Scottish Journal of Political Economy* 63 (1): pp. 1-6. <https://doi.org/10.1111/sjpe.12107>
- Di Filippo, Armando. 2007. América Latina: integración regional en la era global. *Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos* IX (1): pp. 143-170.
- Dos Santos, Theotonio. 2002. *Teoría de la dependencia. Balance y perspectivas*. México: Plaza y Janés.
- Dunford, Michael and Li, Li. 2010. Chinese Spatial Inequalities and Spatial Policies. *Geography Compass* 4: pp. 1039-1054. <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2010.00359.x>
- ECLAC. 2014. *Integración regional: hacia una estrategia de cadenas de valor inclusivas*. Santiago de Chile: Editorial ECLAC.
- ECLAC. 2015. *América Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de cooperación económica*. Santiago de Chile: Naciones Unidas
- Fajnzylber, Fernando. 1983. *La Industrialización Trunca de América Latina*. México: Ed Nueva Imagen.
- Fernández, Víctor Ramiro. 2002. Transformación del Estado y procesos de descentralización/La propuesta del Banco Mundial en la década de 1990 y las lógicas-intereses en el capitalismo global. *Problemas del Desarrollo* 33 (128): pp. 55-93.
- Fernández, Víctor Ramiro. 2016. Desde el laboratorio neo-desarrollista a la resurgencia neoliberal: una revisión creativa del “doble movimiento” polanyiano en América Latina. *Revista Estado y Políticas Públicas* 7: pp. 21-47.
- Fernández, Víctor Ramiro. 2017. *La trilogía del erizo-zorro: Redes globales, trayectorias nacionales y dinámicas regionales desde la periferia*. Barcelona, España; Santa Fe Argentina: Anthropos Editorial; Universidad Nacional del Litoral.
- Fernández, Víctor Ramiro and Brondino, Gabriel. 2019. ‘Why Does Structuralism Return to the Forefront?’, In Fernández, V. & Brondino, G. (Eds.) *Development in Latin America*. Palgrave Macmillan, Cham.
- Fernández, Víctor Ramiro, Amin, Ash and Vigil, José. 2008. *Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires: Miño & Dávila.
- Fiori, José Luís. 2007. O poder global e a nova geopolítica das nações. São

- Paulo: Editora Boitempo.
- Frank, Andre Gunder. 1991. *The Underdevelopment of Development*. Stockholm: Bethany Books.
- Frank, Andre Gunder. 1998. *Re Orient Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press.
- Gabriele, Alberto and Jabbour, Elias. 2020. ¿China es capitalista? *Dangdai*. 29, (paper published on the website: <https://dangdai.com.ar/2020/04/29/china-es-capitalista/> Accessed: 10.10.2022).
- Gallagher, Kevin (2016). *The China Triangle: Latin America's China Boom and the Fate of the Washington Consensus*. New York: Oxford University Press.
- Gallagher, Kevin and Porzecanski, Roberto. 2010. *The Dragon in the Room: China and the Future of Latin American Industrialization*. Stanford University Press.
- Girado, Gustavo. 2018. El despliegue transcontinental de la iniciativa China. El caso latinoamericano. In *China, América Latina y la geopolítica de la Nueva Ruta de la Seda*, Sabino Vaca Narvaja and Zou Zhan (Eds.). Remedios de Escalada: UNLa.
- Gonzalez Jauregui, Juliana. 2020. Latin American countries in the BRI: challenges and potential implications for economic development. *Asian Education and Development Studies*, 10 (3), pp. 348-358. <https://doi.org/10.1108/AEDS-08-2019-0134>
- Hamilton, Nora. 1981. State Autonomy and Dependent Capitalism in Latin America. *The British Journal of Sociology*, 32 (3): pp. 305-329.
- Hirschman, Albeert. 1968. The Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America. *The Quarterly Journal of Economic* 82 (1): pp. 1-32.
- Huang, Chin-Hao and Kang, David. 2022. *State Formation through Emulation: The East Asian Model*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Jabbour, Elias; Dantas, Alexis and Vadell, Javier. 2021. Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. *Estudos Internacionais* 9 (4): pp. 90-105. <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2021V9N4P90-105>
- Jaguaribe, Helio. 1979. Autonomía Periférica y Hegemonía Céntrica. *Estudios Internacionales*, 12(46), pp. 91-130.
- Jenkins, Rhys. 2012. 'Latin America and China—a new dependency?' *Third World Quarterly*, 33(7), pp. 1337-1358.

- Jenkins, Rhys. 2015. Is Chinese Competition Causing Deindustrialization in Brazil? *Latin American Perspectives* 42 (6): pp. 42-63. <https://www.jstor.org/stable/24574023>
- Jiang, Chun. 2016. China in Global Value Chains: Implications for Industrial Policy and Development. Master's thesis, Duke University.
- Jones, Lee and Zeng, Jinghan. 2019. Understanding China's "Belt and Road Initiative": Beyond "Grand Strategy" to a State Transformation Analysis. *Third World Quarterly* 40 (8): pp. 1415-1439. <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1559046>
- Kanbur, Ravi; López-Calva, Luis and Venables, Anthony. 2005. Symposium on Spatial Inequality in Latin America. *Cuadernos de economía* 42 (125): pp. 133-136. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-68212005012500006>
- Kaplan, Stephen. 2021. *Globalizing Patient Capital: The Political Economy of Chinese Finance in the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kissinger, Henry. 2012. *China*. Barcelona: Debate.
- Krishnan-Kutty, G. 1999. *Thoughts of Francois Perroux and Raul Prebisch on Development Strategy of Third World Countries*. New Delhi: Northern Book Centre.
- Lemoine, Françoise; Mayo, Grégoire; Poncet Sandra and Ünal, Deniz. 2014. The Geographic Pattern of China's Growth and Convergence within Industry. CEPII Working Paper 4: pp. 1-44. (paper published on the website: [http://www.cepii.fr/PDF\\_PUB/wp/2014/wp2014-04.pdf](http://www.cepii.fr/PDF_PUB/wp/2014/wp2014-04.pdf))
- López Aymes, Juan Felipe and Morales Fajardo, María Esther. 2018. Engagement to Global Production Networks in Southeast Asia: Prospects for Technology Upgrade and Lessons for Latin America. *México y la cuenca del pacífico*, 7(20): pp. 21-63. <https://doi.org/10.32870/mycp.v7i20.547>
- Lumumba-Kasongo, Tukumbi. 2011. China-Africa Relations: A Neo-Imperialism or a Neo-Colonialism? A Reflection. *African and Asian studies*, 10 (2-3): pp. 234-266.
- Malena, Jorge. 2018. Cooperación entre China y América Latina dentro de la iniciativa ampliada 'Una Franja, Un Camino': estudio de caso sobre infraestructura ferroviaria. In *China, América Latina y la geopolítica de la Nueva Ruta de la Seda*, Sabino Vaca Narvaja and Zou Zhan (Eds.). Remedios de Escalada: UNLa.
- Mazzuca, Sebastian. 2021. *Latecomer State Formation. Political Geography & Capacity Failure in Latin America*. New Haven: Yale University Press.

- McNeill, William. 1983. *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force, and Society Since A.D. 1000*. Chicago: University of Chicago Press.
- Medeiros, Carlos. 1999. Economía política do desenvolvimento recente da China. *Brazilian Journal of Political Economy*, 19 (3): pp. 496-516. <https://doi.org/10.1590/0101-31571999-1082>
- Merino, Gabriel. 2017. Proyectos estratégicos e integración regional en América Latina. El surgimiento de la Alianza del Pacífico, el fortalecimiento del regionalismo abierto y el retroceso del regionalismo autónomo. *Relaciones Internacionales*, 26 (52): pp. 17-37. <https://doi.org/10.24215/23142766e008>
- Merino, Gabriel. 2018. Los tratados comerciales y las luchas globales en la era Trump. *Realidad Económica*, 313: pp. 9-40.
- Merino, Gabriel. 2021. Nuevo momento geopolítico mundial: la Pandemia y la aceleración de las tendencias de la transición histórica-espacial contemporánea. *Estudios Internacionais*, 9(4): pp. 106-130.
- Merino, Gabriel Bilmes, Julian and Barrenengoa, Amanda. 2022. El ascenso de China desde una mirada histórica. *China en el (des)orden mundial*, 2. (paper available at: <https://thetricontinental.org/es/argentina/chinacuaderno2/> Accessed: 25.09.2022)
- Methol Ferré, Alberto. 2013. *Los Estados continentales y el Mercosur*. Montevideo: Ed. HUM.
- Ministry of Foreign Affairs of the PRC. 2017. Wang Yi meets the Quartet of CELAC Foreign Ministers. (paper available at: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1496940.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1496940.shtml) Accessed: 01.10.2022).
- Myers, Margaret. 2018. China's belt and road initiative: what role for Latin America? *Journal of Latin American Geography* 17 (2): pp. 239-243.
- Naughton, Barry. 2007. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Naughton, Barry. 2021. *The Rise of China's Industrial Policy, 1978-2020*. México, D.F. Universidad Nacional Autónoma de México
- O'Donnell, Guillermo. 1973. *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*. Institute of International Studies, University of California, Berkeley.
- Oszlak, Oscar. 2020. Captura del Estado y rentismo, males de la democracia. *La Nación*. Available at: <https://www.lanacion.com.ar/opinion/captura-del-estado-rentismo-males-democracia-nid2407590/> (Accessed: 12.10.2022).
- Palma, José Gabriel. 2019. *Desindustrialización, desindustrialización*

- “prematura” y “síndrome holandés. *El Trimestre Económico* 86 (344): pp. 901-966. <https://doi.org/10.20430/ete.v86i344.970>
- Pastrana Buelvas, Eduardo and Castro Alegría, Rafael (2015). *El Largo Camino de Construcción del Estado en América Latina y su Impacto en los Procesos de Regionalización. Papel Político*, 20 (2): pp. 503-546. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.papo20-2.lrs1>
- Petry, Johannes. 2020. Same same, but different: Varieties of capital markets, Chinese State capitalism, and the global financial order. *Competition & Change*, 25 (5): pp. 605-630. <https://doi.org/10.1177/1024529420964723>
- Pfoh, Emanuel. 2005. La formación del Estado Nacional en América Latina y la cuestión del clientelismo político. *Revista de Historia de América*, 136: pp.129-148.
- Pinto, Aníbal. 1976. *Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Polèse, Mario. 2005. Cities and national economic growth: A reappraisal. *Urban Studies*, 42 (8): pp. 1429-1451. <https://doi.org/10.1080/00420980500150839>
- Pollock, David. 1978. La actitud de los Estados Unidos hacia la CEPAL: algunos cambios durante los últimos 30 años. *Revista de la CEPAL* 6 (2): pp. 56-86.
- Portantiero, Juan Carlos. 1989. La múltiple transformación del Estado latinoamericano. *Nueva Sociedad* 104: pp. 158-168.
- Portes, Alejandro. 2003. La estructura de clases en América Latina: composición y cambios durante la era neoliberal. *Desarrollo Económico* 43 (171): pp. 355 -387. <https://doi.org/10.2307/3455890>
- Prebisch, Raúl. (1949). *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. ECLAC, New York.
- Prebisch, Raúl. 1959. *El Mercado Común Latinoamericano*. México: Naciones Unidas.
- Prebisch, Raúl. 1981. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Pu, Xiaoyu and Wang, Chengli. 2018. Rethinking China's rise: Chinese scholars debate strategic overstretch. *International Affairs*, 94 (5): pp. 1019-1035. <https://doi.org/10.1093/ia/iyy140>
- Puig, Juan Carlos. 1984. *América Latina: políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

- Puig, Juan Carlos. 1986. Integración y autonomía en América Latina en las postrimerías del siglo XX. *Integración Latinoamericana*, 11 (109): pp. 40-62.
- Ramón-Berjano, Carola. 2019. Globalización con “características chinas”. El creciente rol de China en América Latina y el Caribe y sus principales desafíos. *Pensamiento Propio*, 49 (50): pp. 31-52.
- Ríos, Xulio. 2018. La Iniciativa de la Franja y la Ruta: reservas y entusiasmos sino-europeos. In *China, América Latina y la geopolítica de la Nueva Ruta de la Seda*, Sabino Vaca Narvaja and Zou Zhan (Eds.). Remedios de Escalada: UNLa.
- Rosales, Osvaldo. 2020. *El sueño chino*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina / CEPAL
- Sábato, Jorge and Botana, Natalio. 1968. La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina. *Revista de la Integración*, 1 (3): pp. 15-36.
- Soifer, Hellel and vom Hau, Matthias. 2008. Unpacking the ‘Strength’ of the State: the Utility of Infrastructural Power. *Studies in Comparative International Development*, 43 (3-4): pp. 219-230. <https://doi.org/10.1007/s12116-008-9030-z>
- Solimano, Andrés and Soto, Raimundo. 2005. *Economic growth in Latin America in the late 20th century: evidence and interpretation*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Song, Yiru; Yu, Chunjiago; Hao, Lulu and Chen, Xi. 2021. Path for China’s high-tech industry to participate in the reconstruction of global value chains. *Technology in Society* 65: pp. 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2020.101486>
- Stallings, Barbara. 2020. *Dependency in the twenty-first century? The Political Economy of China–Latin America Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sugihara, Kaoru. 2019. The Asian Path of Economic Development: Intra-regional Trade, Industrialization, and the Developmental State. In *Emerging States and Economies. Emerging-Economy State and International Policy Studies*, Takashi Shiraishi and Tetsushi Sonobe (Eds.). Singapore: Springer Nature.
- Sun, Zhengyun. 2013. *Explaining Regional Disparities of China’s Economic Growth: Geography, Policy and Infrastructure*. Berkeley: University of California.
- Sunkel, Osvaldo. 1970. *Desarrollo, subdesarrollo, dependencia, marginación*

- y desigualdades espaciales; hacia un enfoque totalizante. *Revista EURE*, 1 (1): pp. 13-49.
- Svampa, Mariastella and Slipak, Ariel. 2018. *Amérique latine entre vieilles et nouvelles dépendances: le rôle de la Chine dans la dispute (inter) hégémonique*. *Herodote, Géopolitique de l'Amérique Latine* 171: pp. 153-66.
- Teubal, Miguel. 1968. El fracaso de la integración económica latinoamericana. *Desarrollo Económico* 8 (29): pp. 61-93. <https://doi.org/10.2307/3465914>
- Tokatlián, Juan Gabriel and Carvajal, Leonardo. 1995. *Autonomía y Política Exterior: un debate abierto, un futuro incierto*. *D'Áfers Internacional*, 28: pp. 7-31.
- Wang, Yuhua. (2019). China's State development in comparative historical perspective. *APSA-CP Newsletter XXIX* (2): pp. 50-57.
- Wei, Lin. 2018. China's Rise, Developmental Regionalism and East Asian Community Building: Cooperation Amid Disputes in the South China Sea. *East Asian Community*, 1: pp. 19-32. <https://doi.org/10.1057/s42215-018-0002-8>
- Wong, R. B. 1997. *China Transformed. Historical Change and the Limits of European Experience.*, Ithaca: Cornell University Press.
- Ye, Min. 2020. *The Belt Road and Beyond: State-Mobilized Globalization in China 1998-2018*. New York: Cambridge University Press.
- Yu, Hong. 2017. *Chinese Regions in Change, Industrial upgrading, and regional development strategies*. New York: Routledge.
- Zeng, Den. 2017. Measuring the Effectiveness of the Chinese Innovation System: A Global Value Chain Approach. *International Journal of Innovation Studies*, 1 (1): pp. 57-71. <https://doi.org/10.3724/SP.J.1440.101005> rt tt
- Zheng, Den and Kuroda, Tatsuaki. 2013. The Role of Public Infrastructure in China's Regional Inequality and Growth: A Simultaneous Equations Approach. *The Developing Economies*, 51 (1): pp. 79-109. <https://doi.org/10.1111/deve.12003>

## **RESUMO**

Apesar das perspectivas divergentes sobre a presença da China no Sul Global por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota, poucas abordagens identificam como a América Latina poderia enfrentar esse desafio para reverter sua dependência histórica e promover o desenvolvimento econômico. Abordamos essa questão recuperando e atualizando as contribuições estruturalistas, dependentes e autonomistas desenvolvidas na América Latina, combinadas com uma versão arrighiana do sistema mundial. Comparamos as trajetórias latino-americana e chinesa em relação à integração regional, constituições produtivas e tecnológicas, assimetrias espaciais e capacidades estatais. Finalmente, propomos como forjar uma relação com a China que fortaleça a autonomia latino-americana.

## **PALAVRAS-CHAVE**

América Latina. China. Iniciativa do Cinturão e Rota.

*Recebido em 20 de janeiro de 2023*

*Aprovado em 22 de maio de 2023*

*Traduzido por João Pedro Lopes Gonçalves*